

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO SICOOB NORTE MT - CNPJ: 23.623.636/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais

Table with columns: ATIVO, DISPONIBILIDADES, INSTRUMENTOS FINANCEIROS, etc. Rows include various asset categories and their values for 31/12/2022 and 31/12/2021.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em Reais

Table with columns: SOBROS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, etc. Rows show cash flow components for 2022 and 2021.

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT

Bem-vindos, cooperados e comunidade. Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB NORTE MT.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

- 1. Contexto Sicoob
2. Sustentabilidade
3. Nossa cooperativa
4. Política de Crédito
5. Governança Corporativa

1. Contexto Sicoob
Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade
Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Fatoz pelo Desenvolvimento Sustentável.

3. Nossa cooperativa
O SICOOB NORTE MT é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito
Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizações, análise, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

5. Governança Corporativa
A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

6. Sistema de Ouvidoria
É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
O FCGO é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa
Data-base: 31 de dezembro de 2022. Unidade de Apresentação: reais

Table with columns: Grandes números, % de variação, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Sobras ou Perdas do Exercício, Patrimônio Líquido, etc.

Table with columns: % de variação, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Carteira de Crédito, Carteira Rural, Carteira Comercial, etc.

Table with columns: % de variação, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Depósitos à vista, Depósitos a prazo, LCA, etc.

Table with columns: % de variação, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Patrimônio de referência, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBROS OU PERDAS Em Reais

Table with columns: INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SOBROS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, etc. Rows show detailed breakdown of income and expenses for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL, JUROS AO CAPITAL, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: SOBROS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES, etc. Rows show results for 2022 and 2021.

Table with columns: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z. Rows include financial data for various categories and totals.

Table with columns: Descrição, Emprestimos/TD, Financiamento Rurais, 31/12/2022, % da Carteira. Rows include Setor Privado - Comércio, Setor Privado - Serviço, Pessoa Física, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, % Carteira Total, 31/12/2021, % Carteira Total. Rows include Maior Devedor, 10 Maiores Devedores, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Créditos por Avals e Fianças Honoradas, Rendas a Receber, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões para Avals e Fianças Honoradas, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, etc.

11. Imobilizado de Uso: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Table with columns: Descrição, Taxa Depreciação, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Imobilizado em Curso, Instalações, Móveis e equipamentos de Uso, etc.

12. Intangível: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Table with columns: Descrição, Taxa Amortização, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Sistemas De Processamento De Dados, Licenças E Direitos Autorais E De Uso, etc.

13. Depósitos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, Circulante, Não Circulante, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Depósito à Vista, Depósito a Prazo, etc.

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos: Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculadas (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário, Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, etc.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses: São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Table with columns: Instituições, Circulante, Não Circulante, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Recursos do Banco Sicoob, etc.

16. Outros Passivos Financeiros: Os recursos de terceiros questionam a Cooperativa registrada nessa conta para o principal repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos totalmente registrados no circulante:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Recursos em Trânsito de Terceiros, Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos, etc.

17. Provisões: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas, Provisão Para Contingências, etc.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto, totalmente registrados no circulante:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisão para Garantias Financeiras Prestadas, Provisão Para Contingências, etc.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Despesas de Arrendamento de Bens, Despesas de Comunicações, Despesas de Contribuições Filantrópicas, etc.

19. Outros Passivos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto, totalmente registrados no circulante:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Transações Sociais e Estatutárias (a), Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b), Provisão Para Participações nas Sobras (a.1), etc.

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhes, totalmente registrados no circulante:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Provisão para Participações nas Sobras (a.1), Cotas de Capital a Pagar (a.2), FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3), etc.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 1.806.675,83); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 41.214,31); Seguro Prestamista (R\$ 617.024,03); Despesas com Cartões (R\$ 131.514,45); Aluguéis (R\$ 137.481,66); Manutenção Conservação de Bens (R\$ 62.477,41); Seguro (R\$ 53.363,34); Água/Energia e Gás (R\$ 52.075,94); e outros pagamento a efetuar (R\$ 864.020,25).

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicob (R\$ 124.310,10); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 222.925,94); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 192.315,77); Credores Diversos - Liquidação Cobrança (R\$ 44.797,61); e outros (R\$ 133.364,86).

20. Patrimônio Líquido
a) Capital Social: O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. No ano de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 23.312.412,00 com recursos do Sicob Cotas Partes.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Capital Social, Associados, Fundo de Reserva, Sobras Acumuladas, etc.

c) Destinações Estatutárias e Legais: A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Sobra líquida do exercício, Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES, (+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários, etc.

d) Juros ao Capital Próprio: A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 5.763.608,70. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos: São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Receita da prestação de serviços, Despesas específicas de atos não cooperativos, Resultado operacional, etc.

22. Recaudas de Operações de Crédito

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Rendas de Adiantamentos a Depositantes, Rendas de Empréstimos, Rendas de Direitos Creditórios Descontados, etc.

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Despesas de Captação, Despesas de Obrigações Por Empréstimos E Repasses, Reversões de Provisões para Operações de Crédito, etc.

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Rendas de Cobrança, Rendas de Convênios, Rendas de Comissão, etc.

25. Rendas de Tarifas

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Rendas de Pacotes de Serviços - PF, Rendas de Serviços Prioritários - PF, Rendas de Serviços Diferenciais - PF, etc.

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Despesas de Honorários - Conselho Fiscal, Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração, Despesas de Pessoal - Benefícios, etc.

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 30/12/2022, 31/12/2021. Rows include Despesas de Água, Energia e Gás, Despesas de Aluguéis, etc.

Table with 4 columns: Descrição, 0,00, 322.431,50, 195.545,58. Rows include Despesas de Arrendamento de Bens, Despesas de Comunicações, Despesas de Contribuições Filantrópicas, etc.

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Despesas Tributárias, Despesas de Impostos s/ Serviços - ISS, Despesas de Contribuição ao COFINS, etc.

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Recuperação de Encargos e Despesas, Distribuição de sobras da central, Rendas de Repasses Interfinanceiros, etc.

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Operações de Crédito - Despesas de Descontos, Concedidos em Renegociações, Outras Despesas Operacionais, etc.

31. Despesas com Provisões

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisões/Reversões para Contingências, Provisões para Custas Judiciais - Clives/Trabalhistas, Provisões para Contingências, etc.

32. Outras Receitas e Despesas

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Lucros em Transações c/ Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda, Ganhos de Capital, Outras Rendas Não Operacionais, etc.

33. Resultado Não Recorrent

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas: As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração: As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

34.2 Montante das operações ativas e passivas: Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Table with 4 columns: Montante das Operações Ativas, Valores, % em Relação à Carteira Total, Provisão de Risco. Rows include P.R. - Vínculo de Grupo Econômico, P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico, etc.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Table with 4 columns: Descrição, 15.088,16, 6.894,9%, 1.269%, 1.2833%. Rows include Empréstimos a Financiamentos, Títulos Descontados e Cheques Descontados, Aplicações Financeiras, etc.

b) Operações ativas e passivas: Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Table with 4 columns: Natureza da Operação, Valor da Operação, PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa), % da Operação em Relação à Carteira Total. Rows include Cheque Especial, Conta Garantida, Empréstimos, etc.

Natureza dos Depósitos, Valor do Depósito, % em Relação à Carteira Total, Taxa Média - %. Rows include Depósitos à Vista, Depósitos a Prazo, Letra de Crédito Agronegócio - LCA, etc.

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, entre outros, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Table with 4 columns: Natureza das Operações Ativas e Passivas, Taxas Média Aplicadas em % às Partes Relacionadas a.m., Prazo médio (a.m). Rows include Direitos Creditórios Descontados, Empréstimos, Financiamentos, etc.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Table with 4 columns: Natureza da Operação de Crédito, 15.088,16, 6.894,9%, 1.269%, 1.2833%. Rows include Cheque Especial, Direitos Creditórios Descontados, Empréstimos, etc.

Beneficialidade Bases em 31/12/2022 e 31/12/2021. Rows include Beneficiários das Outras Cobranças, Nos períodos finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em ACO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Table with 4 columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include INSS Diretoria/Conselheiros, Honorários - Diretoria e Conselho de Administração, C.T.S. Diretoria, Plano de Saúde, etc.

34.2. Cooperativa Central
A SICOOP NORTE MT, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada a SICOOP CENTRAL RONDON, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades parceiras. O SICOOP CENTRAL RONDON é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em atividades econômicas, sociais, culturais, esportivas e recreativas, visando o bem-estar e o desenvolvimento econômico e social de seus associados. O SICOOP CENTRAL RONDON atua em nome de seus associados, orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas expedidas pelo Conselho Central de Cooperativas Singulares, visando o bem-estar e o desenvolvimento econômico e social de seus associados. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOP CENTRAL RONDON a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implementação e a manutenção de sistemas de controle, a administração dos sistemas de informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras. O SICOOP NORTE MT, em conjunto com outras entidades filiadas ao SICOOP CENTRAL RONDON perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, é responsável, perante terceiros, por obrigações assumidas em nome do SICOOP CENTRAL RONDON.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - nota 4	141.716.077,28	119.572.959,97
Ativo - Investimentos	0,00	8.208.313,22
Ativo - Participações de Cooperativas - nota 5	10.710.633,70	12,00
Total das Operações Ativas	152.426.710,98	127.781.243,19
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses - nota 15	0,00	9.724.027,27
Total de Operações Passivas	0,00	9.724.027,27

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Depósitos Interooperativos - nota 4	10.476.719,93	17.399.846,13
Total das Receitas	10.476.719,93	17.399.846,13
Ratão de Despesas da Central	(843.749,32)	(1.342.180,03)
Total das Despesas	(843.749,32)	(1.342.180,03)

Índice de Basileia
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	110.938.280,89	65.228.354,20
Ativos ponderados pelo RWA (RWA)	668.483.724,23	433.404.713,06
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	16,60	15,05
Imobilizado para cálculo do limite	12.392.668,00	7.387.706,58
Índice de imobilização (limite 50%) %	11,17	11,32

Benefícios
A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ. As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizam:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(96.817,32)	(179.501,90)
TOTAL	(96.817,32)	(144.731,31)

35. Gerenciamento de Risco
A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos do Sicoob é denominada *Política Institucional de Gerenciamento de Riscos*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS. O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático. O processo de gerenciamento de risco é planejado e assegurado de forma integrada, e que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, racionalização e economia de custos. A estrutura organizacional do fortalecimento do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos do Sicoob. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações de crise, incluindo a realização de testes de continuidade de negócios. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não condizera às respostas operativas.

37.1. Risco operacional: As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco operacional, incluindo a identificação, mensuração, monitoramento, reporte e controle dos riscos operacionais. A estrutura operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN - Gestão de Continuidade de Negócio, que integra com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia da alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2. Risco de Crédito: As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, incluindo a identificação, mensuração, monitoramento, reporte e controle dos riscos de crédito, e o monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito. Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco de crédito e limites de crédito. Os resultados são apresentados ao Conselho de Administração do CCS. O CCS realiza testes de aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. A estrutura de gerenciamento de riscos de crédito inclui:

- fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa e controle de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento de riscos de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável por testes de estresse para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse, incluindo identificação e avaliação potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limite de crédito por cliente, baseado em variáveis por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento de riscos de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de crédito, os procedimentos de identificação, mensuração, monitoramento, reporte e controle e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3. Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros: As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRBBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4. A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de variação das taxas de juros é planejada e assegurada de forma integrada à exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua. O Sicoob dispõe do área especializada para o gerenciamento de riscos de mercado e de variação das taxas de juros (IRBBB) com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é planejado e assegurado de forma integrada e abrangente, fundamentada nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos preços de mercado de ativos e passivos, segregados por carteira ou por linha de crédito.

Os riscos de mercado e de variação das taxas de juros são administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é planejado e assegurado de forma integrada e abrangente, fundamentada nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos preços de mercado de ativos e passivos, segregados por carteira ou por linha de crédito.

- o risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária;
- IRBBB é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira (ANI), diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;
- acompanhamento do risco de mercado e do IRBBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
 - o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
 - os limites máximos do risco de mercado;
 - os descausamentos entre fluxos de ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
 - o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
 - os descausamentos entre fluxos de ativos e passivos, segregados por fatores de risco;
 - os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRBBB);
 - a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos a movimento paralelo base a curva de juros;
 - o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
 - o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
 - resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

Risco de Liquidez: As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, abrangendo os aspectos de liquidez de curto e longo prazo. O risco de liquidez é definido como a possibilidade de uma entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a incapacidade de obter recursos necessários para pagar a dívida, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizam-se do seguinte modo:

- acompanhamento do risco de liquidez é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez; 2) fluxo de caixa projetado;
 - existência de contingências em relação a cenários de contingência;
 - elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
 - existência de contingências contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5. Riscos Sociais, Ambiental e Climático: As diretrizes para o gerenciamento dos riscos sociais, ambiental e climático e realidades do Sicoob. O risco ambiental é o risco de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de produtos e serviços do Sicoob. O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das avaliações de risco ambiental, o Sicoob realiza a avaliação de risco ambiental para a concretização adequada da relevância da exposição aos riscos. Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e a proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas que possam ocorrer em decorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática. Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos. Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas de ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática. Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e a proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas que possam ocorrer em decorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática. O Sicoob realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido o Sicoob a condições análogas às de escravo ou infrações de direitos humanos, sociais, ambientais e climático. O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido o Sicoob a condições análogas às de escravo ou infrações de direitos humanos, sociais, ambientais e climático. As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por agência específica.

37.6. Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob*, a qual todas as instituições aderiram formalmente. O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a mitigar o impacto do capital comprometido com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos impactos são avaliados sobre a estrutura de capital sob o ponto de vista do capital comprometido com os riscos incorridos.

37.7. Gestão de Continuidade de Negócios: As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- identificação de condições análogas às de escravo ou infrações de direitos humanos, sociais, ambientais e climático, considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente);
- o CCS realiza o Relatório de Impacto (AIN) para identificar os processos operacionais sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos operacionais em momentos de contingência, evitando interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*. Atualmente, os planos de continuidade de negócios são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS. A estrutura de gerenciamento de riscos de continuidade de negócios é planejada e assegurada de forma integrada à exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua. O Sicoob dispõe do área especializada para o gerenciamento de riscos de continuidade de negócios, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de continuidade de negócios é planejado e assegurado de forma integrada e abrangente, fundamentada nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de continuidade de negócios é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos preços de mercado de ativos e passivos, segregados por carteira ou por linha de crédito.

38. Seguros de Riscos - Não Autuado: A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.1. AVALIAÇÃO (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações e implementação das mudanças de tratamento contábil.

39.2. Deseño (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

39.3. Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos novos procedimentos operacionais testados.

39.4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

39.5. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.6. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.7. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.8. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.9. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.10. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.11. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

39.12. Adoção Inicial (1º de Janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma. SGP-MT.

ASSINADO DIGITALMENTE
RAFAEL CAVALHERI ALEXANDRE
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: <http://snp.pro.gov.br/assinador/verificacao>

RAFAEL CAVALHERI ALEXANDRE
CONTADOR - CRC/MG 082.177/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte de Mato Grosso - Sicoob Norte MT **Sinop - MT**
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte de Mato Grosso - Sicoob Norte MT em 31 de dezembro de 2022, e as demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das informações essenciais.

Base para opinião
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Norte MT em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração e a governança são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as informações sobre as transações, para assegurar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as informações sobre as transações, para assegurar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as informações sobre as transações, para assegurar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos de controle, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.